

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15.

- 1 Entre as principais competências demandadas para a formação dos cidadãos deste século, figuram criatividade e inovação, comunicação e colaboração, ética e cidadania digital. Talvez, entre todas elas, a capacidade de colaboração e a clara consciência de que essa atitude compõe um grande painel de ações coletivas são decisivas para o equilíbrio de tudo.
- 4 Há um grande arcabouço filosófico embasando uma mudança de atitude geral, um repensar do conceito de desenvolvimento coletivo, que impacta e envolve profundamente cada um de nós. Novos modelos de cidade e cidadania, novos conceitos de lazer e mobilidade, novos regimes de trabalho estão rapidamente tornando-se reais e efetivos.
- 7 Estamos no meio de uma transformação tecnológica e econômica que nos permite renegociar os termos da liberdade individual, do discurso cultural, da participação política e da justiça social na sociedade da informação. A Internet está tornando possível o amadurecimento de novas formas cooperativas de produção de informação, conhecimento e cultura em oposição aos mecanismos habituais de propriedade, hierarquia e mercados. Em particular, está permitindo que indivíduos, agindo isoladamente e em associações flexíveis com seus pares, tornem-se produtores de seu próprio ambiente informacional e cultural.
- 10
- 13 Isso representa uma ruptura dramática da tendência dos últimos 150 anos voltada para a comercialização e concentração do sistema de produção de informação e cultura. Esse momento de transição nas condições materiais dessa produção nos oferece uma oportunidade para a reestruturação daquele sistema de forma a ampliar a liberdade individual, possibilitar maior diversidade cultural, aperfeiçoar o discurso político e melhorar alguns aspectos da injustiça econômica, em particular no que concerne às desigualdades globais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a transição nos permite elevar a produtividade na economia da informação.
- 16
- 19 Mas a cornucópia das mudanças desejadas ameaça várias forças econômicas e culturais arraigadas da economia da indústria da informação do século 20. Hollywood, as redes de difusão televisiva e radiofônica e a indústria fonográfica se sentem ameaçadas pelo surgimento da produção cultural e de informação não proprietária e à margem dos mercados.
- 22 Fornecedores de *software* proprietário estão ameaçados pelo aparecimento do *software* livre. As empresas de telefonia, de fibra ótica e de telefonia celular estão ameaçadas pelas alternativas não proprietárias a seus sistemas, como redes sem fio ou redes de fibras municipais que atingem as residências.
- 25 Em casos judiciais, nos procedimentos regulatórios e na legislação, assistimos hoje a uma campanha lançada sobre a ecologia institucional dos ambientes digitais. A questão nessas batalhas é se os ambientes digitais permitirão o florescimento da produção cooperativa entre pares, não proprietária e à margem dos mercados, trazendo com ela uma série de aprimoramentos bem definidos na liberdade e distribuição de justiça, ou se serão moldados para servir às necessidades dos modelos de negócio com base no fornecimento – por proprietários – de produtos acabados a consumidores passivos. Assim como ocorreu nos casos de impressão, rádio e telefone, as escolhas institucionais que fizemos durante este período formativo inicial provavelmente determinarão a resposta a essas questões para as próximas décadas.
- 28
- 31

Moisés Zylbersztajn. **Muito além do maker**: esforços contemporâneos de produção de novos e efetivos espaços educativos. In: Clarissa Stefani Teixeira, Ana Cristina da Silva Tavares Ehlers e Marcio Vieira de Souza (orgs.). **Educação fora da caixa**: tendência para a educação no século XXI. Florianópolis-SC: Bukess, 2015, p. 194-6 (com adaptações).

Acerca da tipologia e dos sentidos do texto, julgue os itens de 1 a 4.

- 1 Infere-se da leitura do texto, caracterizado como dissertativo, que o seu autor é favorável à expansão “da produção cooperativa entre pares, não proprietária e à margem dos mercados”, mencionada no último parágrafo do texto.
- 2 Entende-se da leitura do texto que as novas formas cooperativas de produção de informação, conhecimento e cultura, cujo amadurecimento é possibilitado pela Internet, constituem exemplo de competência necessária à formação dos cidadãos do século XXI.
- 3 Sabendo-se que, no dicionário, uma das acepções da palavra “cornucópia” (linha 19) é “vaso em forma de chifre, com frutas e flores que dele extravasam profusamente”, conclui-se que seria coerente com as ideias do texto sua substituição por **abundância**.

- 4 De acordo com o primeiro parágrafo do texto, a cooperação destaca-se em importância entre as competências requeridas para a formação dos cidadãos do século XXI.

No que se refere a aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 5 a 12.

- 5 À linha 1, a flexão da forma verbal “figuram” na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância verbal com o termo “competências”, que é o núcleo do sujeito da oração.
- 6 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserida uma vírgula após o termo “trabalho” (linha 6), que constitui parte de um dos elementos de uma enumeração.

- 7 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o segmento “nos permite renegociar os” (linha 7) fosse reescrito como **nos possibilita à renegociação dos**.
- 8 Pelas relações coesivas do terceiro parágrafo do texto, entende-se que o referente do sujeito da oração “Em particular, está permitindo” (linha 10) é “A Internet” (linha 8).
- 9 Na linha 13, o vocábulo “voltada”, empregado com função adjetiva no primeiro período do quarto parágrafo, modifica o vocábulo “ruptura”, que é substantivo.
- 10 Dadas as relações coesivas do penúltimo parágrafo do texto, é correto afirmar que o termo “seus” se refere a “*software* livre”.
- 11 A oração “se serão moldados” (linha 28), cujo sujeito é indeterminado, expressa circunstância de condição.
- 12 Estaria preservada a coerência das ideias do último período do texto se, na linha 31, o termo “provavelmente” fosse deslocado para imediatamente depois de “determinarão”.


Considerando a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, julgue os itens de **13 a 15**, que consistem em propostas de substituição para vocábulos e trechos destacados do texto.

- 13 “embasando” (linha 4) por **que fundamenta**
- 14 “tornando-se” (linha 6) por **se tornando**
- 15 “no que concerne às” (linha 17) por **à cerca das**

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca das noções de vírus, do Google Sala de Aula e do Google Documentos, julgue os itens de **16 a 20**.

- 16 Os vírus de computador manifestam-se por meio de determinados arquivos, como, por exemplo, aqueles que possuem as extensões COM, EXE e SYS. Logo, os arquivos do Word (DOCX) não transmitem vírus.

- 17 A alteração do tamanho do arquivo no computador é uma das ações realizadas pelos vírus.
- 18 Por meio da plataforma Google Sala de Aula, os professores podem usar o mural da turma para postar avisos e também para dar um *feedback* direto em tempo real.
- 19 Ao acessar o *Menu* , do Google Sala de Aula, o professor poderá, por meio da seção Agenda, corrigir os trabalhos das suas turmas.
- 20 O Google Documentos permite que o usuário compartilhe seus arquivos com diversas pessoas, restringindo suas ações. Ele pode, por exemplo, determinar se elas podem ver ou editar os arquivos.

No que diz respeito aos conceitos de sistema operacional, ao editor de texto Microsoft Word 2016 e aos conceitos básicos, às ferramentas e aos procedimentos de Internet, julgue os itens de **21 a 24**.

- 21 O sistema operacional tem como função gerenciar os recursos de *hardware* e os recursos de *software*.
- 22 O único item que não pode ser adicionado (fixado) à Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, na faixa de opções do Word 2016, é a caixa de diálogo AutoCorreção.
- 23 Pode-se definir a WWW como sendo uma linguagem que permite interligar computadores remotamente e exibir documentos de forma fácil.
- 24 O *proxy* é um servidor de monitoramento presente na maioria das empresas, que tem como principal função auditar toda a navegação na Internet realizada por seus funcionários. Por se tratar de um dispositivo apenas de monitoramento, caso o *proxy* não esteja disponível, uma conexão feita por meio dele pode ser efetuada sem qualquer tipo de problema.

A respeito de poderes e atos administrativos, administração direta e indireta e agentes públicos, julgue os itens de **25 a 28**.

- 25 Os efeitos da revogação dos atos administrativos são *ex nunc*, ou seja, não retroagem, enquanto os efeitos da anulação dos atos administrativos são *ex tunc*, o que quer dizer que eles retroagem.
- 26 No direito brasileiro, são considerados agentes políticos aqueles que exercem típicas atividades de governo e que cumprem mandatos para os quais foram eleitos, razão pela qual os ministros, que são providos em cargos públicos mediante nomeação, não compõem o referido grupo de agentes públicos.

- 27** A descentralização administrativa pode acontecer de acordo com o critério territorial ou geográfico ou por critérios de serviço, funcional ou técnico.
- 28** Os poderes discricionário e vinculado não existem como poderes autônomos, sendo, em verdade, atributos de outros poderes ou competências da Administração Pública, como o poder normativo e o poder disciplinar.

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens de **29 a 31**.

- 29** O rol de requisitos para investidura em cargo público é taxativo, não sendo possível estabelecer requisitos específicos para a investidura, ainda que por meio de lei.
- 30** A posse inicia a contagem do tempo efetivo de serviço.
- 31** A Administração Pública não poderá conceder licença não remunerada ao servidor em estágio probatório, salvo na hipótese de afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são agrupamentos de municípios limítrofes que têm, entre si, alguma integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas e formam regiões análogas às regiões metropolitanas, abrangendo diferentes unidades da Federação (IBGE, 2020). A Constituição Federal de 1988 restringe a gestão das RIDEs à União (CAVALCANTE, 2020).

Internet: <www.codeplan.df.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e analisando a realidade da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os itens de **32 a 35**.

- 32** Os municípios goianos de Cabeceiras e Cabeceira Grande foram ambos incluídos na RIDE-DF, em uma alteração da lei original que a criou, no ano de 2018, elevando para 33 municípios sua composição.
- 33** Dentre os municípios de Goiás e Minas Gerais que integram a RIDE-DF, os cinco mais populosos são, todos, goianos.

- 34** Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Distrito Federal (DF) corresponde a cerca de $\frac{2}{3}$ da população total da RIDE-DF, ficando no estado de Goiás a esmagadora maioria do terço restante.
- 35** Nas últimas décadas, segundo o IBGE, a taxa de fecundidade na RIDE-DF seguiu tendência contrária à verificada no País como um todo. O elevado contingente populacional com baixas taxas de escolaridade e renda foi o responsável direto por essa situação.

Quanto aos aspectos históricos, étnicos, políticos, sociais e culturais do DF, julgue os itens de **36 a 40**.

- 36** Segundo as ideias de Lúcio Costa para Brasília, as cidades-satélites deveriam ser criadas apenas após a completa ocupação do núcleo central, quando este já estivesse saturado demograficamente; girariam em torno dele, com relativa autonomia, em um modelo polinucleado.
- 37** Embora etnias indígenas já ocupassem a área que atualmente é o DF antes mesmo da chegada dos bandeirantes ao Brasil Central, não há, segundo o IBGE, população indígena no DF.
- 38** O número de deputados federais eleito por cada unidade da Federação é proporcional à população de cada uma delas. O DF, que possui um contingente populacional reduzido em relação ao total nacional, elege apenas onze deputados federais, de um total de 513, a cada quatro anos.
- 39** O Bumba Meu Boi do Seu Teodoro, com sede em Planaltina, é considerado patrimônio material e imaterial do DF, por sua relevância como legítima referência da cultura local.
- 40** Segundo estimativas do IBGE, a população do DF superou os 3 milhões de habitantes em 2021, sendo que, entre os moradores com mais de cinquenta anos de idade, predominam mulheres.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que concerne ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/1990 e suas alterações, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** Em casos excepcionais, o ECA considerará adolescente a pessoa maior de dezoito anos de idade.
- 42** O escopo de proteção conferido pelo ECA à criança e ao adolescente não é taxativo e não exclui, por outras leis ou meios, oportunidades e facilidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.
- 43** A garantia de prioridade reconhecida à criança e ao adolescente compreende destinação exclusiva de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- 44** A interpretação do ECA deve levar em consideração, além da condição peculiar da criança e do adolescente, as exigências do bem comum.
- 45** Os direitos enunciados no ECA não poderão promover qualquer ação que discrimine as pessoas ou a comunidade em que vivem.

No que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, julgue os itens de **46 a 50**, com base nas alterações promovidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela Lei n.º 13.415/2017.

- 46** A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio inclui, facultativamente, estudos e práticas de sociologia e filosofia.
- 47** Os currículos de Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e da língua espanhola.
- 48** A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular apresenta um limite máximo de horas dentro da carga horária total do Ensino Médio.
- 49** O conhecimento das formas contemporâneas de linguagem é habilidade esperada do educando que conclui o Ensino Médio.
- 50** É atribuição da União estabelecer os padrões de desempenho esperados para o Ensino Médio.

De acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** O grêmio estudantil integra os mecanismos de participação da gestão democrática do ensino.
- 52** Os cargos de diretor e vice-diretor de unidade escolar serão providos pelo Conselho Escolar após votação pela comunidade.
- 53** A execução das políticas educacionais pelo diretor e pelo vice-diretor deve se dar em articulação com os órgãos colegiados da gestão democrática.
- 54** A assembleia geral escolar é a instância máxima de participação direta da comunidade escolar.
- 55** Compete ao Conselho Escolar intermediar, em primeiro lugar, os conflitos de natureza administrativa ou pedagógica.

Mas dona Marta é também bastante crítica e interessada no funcionamento da escola: “eu vejo a situação da escola, eu vou lá todo dia [...] eu vejo qual a classe que tá suja, qual tá sem carteira, eu sei tudo”. Talvez por isso, sua tentativa de ajuda seja vista como intromissão pela escola. É a esse tipo de “intromissão” que a merendeira Dona Margarida parece estar se referindo quando relativiza o direito de participação da população na escola: “Participar, assim, no bom sentido... Tem muitas mães que vêm se intrometer em coisas que não entende... Até no nosso serviço, falar de merenda...” O curioso é que a relevância atribuída à participação na execução por parte de dona Marta a faz, inclusive, relegar a segundo plano sua participação no Conselho de Escola. “Eu acho que, pra eu ser do Conselho de Escola, eu tenho que fazer alguma coisa [...] Lá só me chamam se tem uma reuniãozinha”. Talvez Dona Marta perceba que é na realização de serviços na escola que ela tem maiores chances de interferir em seu funcionamento.

Vitor H. Paro. *Gestão da Escola Pública*: a participação da comunidade.

In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 73, n.º 174, p. 255-290, maio/ago. de 1992 (com adaptações).

Acerca das questões abordadas no texto acima, julgue os itens de **56 a 59**.

- 56** Uma gestão democrática e eficiente da escola refere-se a atribuir funções executivas a membros da comunidade, visto que não têm formação didático-pedagógica para contribuir com os processos político-pedagógicos da gestão.
- 57** A escola pública contribui com os interesses coletivos da comunidade quando permite, a partir de uma gestão democrática, que a comunidade participe das decisões da escola, fazendo valer seus direitos coletivamente discutidos e definidos.
- 58** Uma escola socialmente comprometida com os interesses de sua comunidade está em permanente avaliação de seu projeto político-pedagógico, como condição para alcançar os objetivos, coletiva e democraticamente definidos. Pensa-se o presente para se projetar o futuro, compreendendo a produção do conhecimento como uma ação social, historicamente situada e culturalmente determinada. Por isso, essa escola se configura como uma organização aprendente, que pode ser denominada escola reflexiva.
- 59** Uma gestão participativa é fundamental para a democratização da escola, contudo seu nível de autonomia e de autoridade ficam comprometidos, porque nem todos os envolvidos têm formação que os habilite a participar das decisões da escola.

Pesquisas têm revelado lacunas na formação de docentes em relação à avaliação, que continua quase exclusivamente centrada no professor e desenvolvida por meio de procedimentos que não proporcionam oportunidades para que se reorganizem as atividades. Mendes (2006) pondera que, se, por um lado, as políticas educacionais não favorecem modificações na prática avaliativa, por outro, academicamente, não tem havido esforços para que se repensem os propósitos e as práticas avaliativas. Na maioria das vezes, nos cursos de formação, os três pilares do processo – ensino, aprendizagem e avaliação – são tratados de forma desarticulada. E mais: o eixo da formação está centrado no ato de ensinar, e não no de aprender.

B. M. F. Villas Boas e S. L. Soares. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 36, n.º 99, p. 239-254, maio-ago. de 2016 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **60 a 62**.

- 60** Para Villas Boas, a avaliação praticada na escola pode cumprir duas funções principais: classificar o estudante ou promover a sua aprendizagem.
- 61** Para Luckesi, quando a avaliação é executada fora do processo de ensino e exclusivamente com o objetivo de atribuição de notas e conceitos, os alunos inseridos nesse contexto estarão fadados ao êxito no âmbito escolar.
- 62** A partir da fenomenologia da avaliação da aprendizagem escolar, a avaliação diagnóstica estigmatiza os educandos, destituindo-os de sua condição de sujeitos históricos que aprendem e produzem conhecimento.

Embora não sejam formados em pedagogia, em matemática ou geografia, parece que os pais têm sim conhecimentos suficientes para exercer certa fiscalização e contribuir, pelo menos em parte, na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola. Aqui não parece ser fundamental um conhecimento didático-pedagógico específico e especializado. O pai ou a mãe tem condições de saber que uma sala de 25 alunos é mais produtiva (*ceteris paribus*) que uma de quarenta, como é capaz de entender que a falta de merenda atrapalha o desempenho dos alunos em seu dia de aula e que a ausência de professor é nociva ao desenvolvimento do currículo escolar. Nesse sentido, não se pode exigir que ele participe do que não tem condições de dar conta e que é obrigação da escola fazer: a execução do pedagógico é atribuição de pessoas como os professores, adrede preparadas para esse fim.

Vitor H. Paro. **Gestão da Escola Pública: In: A participação da comunidade. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n.º 174, p. 255-290, maio/ago. de 1992 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **63 a 67**.

- 63** Para Villas Boas, o currículo é construção social do conhecimento e faz referência à organização do conhecimento escolar.
- 64** O planejamento curricular refere-se estritamente aos conteúdos curriculares que compõem as práticas de ensino da escola, relacionadas às áreas de conhecimento, a exemplo de matemática e geografia, mencionadas no texto.

- 65** Em relação ao currículo escolar, denomina-se currículo formal o conjunto das componentes, dos métodos e dos recursos para se efetivar a construção social do conhecimento e denomina-se currículo oculto toda ação externa à escola, como as relações e participações da comunidade, a exemplo da participação dos pais citados no texto, pois elas são abstratas.
- 66** O projeto político-pedagógico, em sua dimensão pedagógica, manifesta a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.
- 67** Os termos projeto, político e pedagógico significam, respectivamente: ação intencional explicitada em um planejamento; compromisso sociopolítico com os interesses coletivos da comunidade escolar; e efetivação da intencionalidade educativa dos sujeitos pertencentes à comunidade escolar.

Sabemos que todos os professores fazem seu planejamento. Mas, infelizmente, essa atividade está carregada de um sentido burocrático, ou seja, um documento a mais que se tem de fazer para se entregar na secretaria, que não tem outro destino senão uma das gavetas do mesmo setor. Tal situação explica o fato de vários professores simplesmente mudarem as datas e apresentarem o mesmo plano do ano anterior, tendo assim cumprido sua obrigação.

Marcos T. Masetto. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003, p. 175.

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **68 a 70**.

- 68** A ideia central do texto explicita uma compreensão regulatória do planejamento no campo das práticas educativas. Todavia, o planejamento não será, exclusivamente, nem um ato político-filosófico, nem um ato técnico; será, sim, um ato político-social científico e técnico ao mesmo tempo. Será político-social na medida em que esteja comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, porque não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; e técnico, porque o planejamento exige uma definição de meios eficientes para a obtenção de resultados.
- 69** Planejamento é um processo relacionado à atividade humana, que envolve reflexão e análise de uma realidade e das condições a ela relacionadas, prevendo-se ações que permitam o alcance dos objetivos traçados ou a superação das dificuldades existentes. Logo, sem conhecimento das condições de uma determinada situação e sem previsão das ações que alteram tal situação, nenhuma proposta de mudança será eficaz, ainda que se tenha clareza de seus objetivos.
- 70** O planejamento escolar deve se orientar por uma abordagem participativa, isto é, deve se constituir como um processo em que os segmentos que compõem a escola, que são os seus professores e os seus alunos, participem ativamente de sua construção e execução. Tal abordagem permite que um diagnóstico da realidade e das condições da escola seja produzido, levando à definição de objetivos educacionais que atendam às expectativas da comunidade escolar. Contudo, o planejamento a que se refere o texto aborda apenas a dimensão didática, que compete somente ao professor, e, por isso, o planejamento escolar deve ser neutro em relação às decisões político-pedagógicas que nele refletem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do direito administrativo, julgue os itens de **71 a 78**.

- 71** O direito administrativo tem sua formação norteadada pela lei, pela jurisprudência, pela doutrina e pelos costumes, sendo que esta última fonte pode ser considerada indireta, na medida em que importa somente o quanto, de alguma forma, influencia a produção legislativa e a jurisprudência.
- 72** A presunção de legitimidade ou de veracidade é um princípio administrativo vital para a Administração Pública, e a referida presunção é absoluta, haja vista a necessidade de proteger todos os atos administrativos praticados pelo ente público.
- 73** No âmbito da responsabilidade civil do Estado, são causas excludentes da responsabilidade: a força maior; a culpa da vítima; a culpa de terceiros; e a culpa concorrente da vítima.
- 74** Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- 75** Deixar de prestar contas quando se esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 76** No âmbito da Administração Pública Federal, as decisões administrativas que necessitem da participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- 77** É dever do Estado garantir atendimento educacional gratuito aos educandos com deficiência, em todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente em rede especial de ensino.
- 78** O calendário escolar deverá ser adequado às particularidades dos locais de ensino, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, desde que não seja reduzido o número de horas letivas previsto na legislação competente.

Em relação ao direito constitucional, julgue os itens de **79 a 87**.

- 79** As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que dependem de regulamentação futura para produzirem todos os seus efeitos.
- 80** As normas programáticas são metas constitucionalmente assentadas que devem ser perseguidas pelo Estado, em regra, por meio de políticas públicas.
- 81** De acordo com a Constituição Federal de 1988, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo no caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial.
- 82** São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, quando qualquer um deles estiver a serviço da República Federativa do Brasil.

- 83** O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos e para os maiores de setenta anos de idade.
- 84** As emendas constitucionais podem ser propostas pelos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo presidente da República, pelas assembleias legislativas das unidades da Federação ou por iniciativa popular.
- 85** Ao presidente da República compete privativamente dispor, mediante decreto, acerca da organização e do funcionamento da Administração Federal, ainda que a medida implique aumento de despesa.
- 86** O Superior Tribunal de Justiça é composto por, pelo menos, 33 ministros, os quais são nomeados pelo presidente da República, dentre brasileiros com mais de 35 anos de idade e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- 87** A Defensoria Pública é uma instituição permanente que tem como incumbência a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.

A respeito do direito processual do trabalho, julgue os itens de **88 a 96**.

- 88** Os dissídios submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, sendo lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.
- 89** Na audiência de instrução e julgamento, o empregador reclamado poderá ser substituído por preposto, desde que este tenha conhecimento dos fatos discutidos no processo e seja empregado da parte reclamada.
- 90** O não comparecimento injustificado do reclamante em audiência implica o arquivamento da reclamação trabalhista, bem como a sua condenação ao pagamento de custas, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita.
- 91** As partes, em regra, poderão indicar até três testemunhas a serem ouvidas na audiência de instrução, havendo exceção quanto aos inquéritos, nos quais poderão ser arroladas até seis testemunhas.
- 92** O procedimento sumaríssimo é aplicado aos dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, podendo ser parte demandada a administração pública direta, mas não a autárquica e a fundacional.
- 93** O depósito recursal recolhido no momento de interposição do agravo de instrumento que pretende destrancar recurso corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso que se pretenda destrancar, salvo se a sua finalidade for destrancar recurso de revista que insurja contra decisão contrária a súmula do Tribunal Superior do Trabalho, quando não haverá obrigatoriedade de se realizar o referido depósito de 50%.
- 94** A tutela provisória concedida na sentença da reclamação trabalhista não comporta impugnação por meio de mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário; no entanto, caso a tutela provisória seja concedida ou indeferida antes da sentença, é cabível o mandado de segurança, em razão da inexistência de recurso próprio.

- 95** Ainda que existam várias reclamações trabalhistas com identidade de matéria de empregados de uma mesma empresa, não poderá ser procedida a acumulação delas em um único processo, haja vista o princípio do *ius postulandi*.
- 96** O beneficiário da justiça gratuita que for vencido terá as obrigações decorrentes de sua sucumbência colocadas em condição suspensiva de exigibilidade, ainda que tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa em outro processo.

Quando ao direito previdenciário, julgue os itens de **97 a 102**.

- 97** A assistência social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas, entre outras, em proteção à família, à maternidade e à velhice, independentemente de contribuição à seguridade social.
- 98** A pessoa física que presta a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural é denominada segurada especial, sendo um grupo que compõe os segurados obrigatórios da previdência social.
- 99** O filho não emancipado que tenha deficiência intelectual é considerado beneficiário do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado.
- 100** Em regra, a carência para a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social com relação ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez é de doze contribuições mensais.
- 101** Após a reforma previdenciária, passou a ser lícita a acumulação de auxílio-acidente com a aposentadoria por tempo de serviço.
- 102** Decai em cinco anos o direito do segurado do Regime Geral de Previdência Social para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar da data em que a prestação deveria ter sido paga com o valor revisto.

Julgue os itens de **103 a 111**, referentes ao direito civil.

- 103** No ordenamento brasileiro, é admitida, como regra, a reconstituição automática, ou seja, quando uma lei revogadora é revogada, a anteriormente revogada volta a vigorar.
- 104** Somente a autoridade judiciária pátria é competente para conhecer das ações que tenham como objeto imóveis situados no Brasil.
- 105** A incapacidade dos menores cessará quando a pessoa completar dezoito anos de idade ou, excepcionalmente, pela concessão dos pais, por meio de instrumento público homologado em juízo.
- 106** O cônjuge sobrevivente e qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, têm legitimidade para reclamar perdas e danos decorrentes de lesão a direito de personalidade de pessoa morta.
- 107** As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, o que gera direitos e obrigações recíprocas entre os associados.
- 108** São benfeitorias voluptuárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que ele se deteriore.

- 109** Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem que à intenção nelas consubstanciada.
- 110** Os prazos prescricionais previstos em lei não podem ser alterados por acordo entre as partes.
- 111** No que diz respeito ao direito dos idosos, o direito à liberdade compreende, entre outros, a prática de esportes e de diversões.

Acerca do direito processual civil, julgue os itens de **112 a 120**.

- 112** Em regra, não serão proferidas decisões contra uma das partes sem que ela seja ouvida previamente, sendo uma exceção a ação monitória, na qual o juiz deferirá, antecipadamente, a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de quinze dias para o cumprimento, por ser evidente o direito do autor.
- 113** Nas ações possessórias e nas ações que versem sobre direito real imobiliário, o cônjuge sempre necessitará do consentimento do outro para a propositura, salvo se forem casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- 114** O vencido será condenado ao pagamento de honorários ao advogado do vencedor na reconvenção, no cumprimento de sentença — provisório ou definitivo —, na execução — resistida ou não — e nos recursos interpostos, cumulativamente.
- 115** Quando a eficácia da sentença depender da citação de todos os que deveriam ser litisconsortes em razão da natureza da relação jurídica controvertida, o litisconsórcio será necessário.
- 116** Quando o processo versar sobre direitos que admitam autocomposição, as partes plenamente capazes podem estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa, fixando, por exemplo, calendário para a prática dos atos processuais, o qual vincula as partes, mas não o juiz, que pode modificá-lo livremente.
- 117** A tutela de urgência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- 118** Nas demandas judiciais que tiverem como objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, faz-se necessário que o autor expressamente as inclua no pedido, em respeito à regra processual de pedido certo e determinado.
- 119** Em regra, na reconvenção, o pedido deve ser determinado, sendo lícito, no entanto, formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
- 120** No âmbito da ação civil pública, são legitimados para propor a ação principal e a cautelar, entre outros, o Ministério Público e as associações que, concomitantemente, estejam constituídas há, pelo menos, um ano, nos termos da lei, e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência e aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**, fabricada com material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A estruturação dos processos da gestão de recursos humanos surgiu de uma interpretação mais significativa do fator humano no âmbito da relação entre trabalho e produtividade, em uma perspectiva pautada em conceitos humanísticos, visando destacar as pessoas, e não as tarefas, e considerar a importância dos aspectos sociais, emotivos e perceptivos como influenciadores da motivação, a fim de estabelecê-los como pontos determinantes para o desempenho e o desenvolvimento dos indivíduos.

Contudo, é necessário o envolvimento dos próprios indivíduos para que se insiram em um processo evolutivo de capacitação e geração de resultados, o que requer uma busca pelo desenvolvimento de suas competências.

Internet: <infoescola.com.br> (com adaptações).

O mundo corporativo mudou. A figura do chefe foi trocada pela do líder. Chefe manda, e os subordinados obedecem. Líder procura entender o caminho e assim direciona a sua equipe.

Internet: <administradores.com.br> (com adaptações).

O método, uma contribuição da cultura grega, consiste em procurar o verdadeiro conhecimento sobre a natureza do universo e do ser humano por meio de investigação sistemática, em lugar de aceitar as explicações mitológicas. Assim, o método pode ser considerado a forma de operacionalizar o que está previsto na função da organização.

Platão propunha que o verdadeiro conhecimento advinha da especulação conceitual e se encontrava nas ideias e formas, eternas e reais, e não na experiência, que era transitória.

Internet: <portaleducacao.com.br> (com adaptações).

A avaliação de desempenho é uma importante ferramenta de gestão de pessoas, pois oferece um raio-x sobre as atividades realizadas pelos colaboradores, evidenciando as estratégias que funcionam e as que necessitam de aprimoramento. Utilizando metodologias atuais e adaptadas aos valores das organizações, é possível avaliar os colaboradores com equidade, focando no futuro, ou seja, na lapidação de seus talentos.

Internet: <fia.com.br> (com adaptações).

Considerando que os fragmentos de texto acima tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Contribuição dos conhecimentos em administração para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) gestão de pessoas em sala de aula;
- b) conceito de organização e métodos aplicados ao processo de ensino-aprendizagem; e
- c) diferentes formas de avaliação do desempenho escolar.